

FUNDAÇÃO OSVALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – LICENCIATURA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DOUGLAS MAGALHÃES

**O TEMA GÊNERO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: REVISITANDO OS
TRABALHOS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE**

**VOLTA REDONDA
2017**

O TEMA GÊNERO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: REVISITANDO OS TRABALHOS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

THE GENDER THEME WITHIN THE PHYSICAL EDUCATION CLASS: AN OVERVIEW FROM THE BRAZILIAN CONGRESS OS SPORT OF SICENCE

Resumo: o objetivo deste estudo foi elencar as pesquisas publicadas nos Anais do CONBRACE sobre o tema gênero e escola e analisar as suas relações diretas com o uso das categorias teóricas de Scott: a) símbolos culturalmente disponíveis; b) normatividade c) fixidade e d) identidade subjetiva. O interesse por este tema se deve ao fato de que há, recorrentemente, uma divisão das atividades propostas por gênero nas práticas escolares de Educação Física. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e o material utilizado para análise é parte dos Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) publicados nos últimos dez anos (2005, 2007, 2011, 2013, 2015). Os resultados mostram que dentre os quatro conceitos que compõem a ideia de gênero segundo Scott, o que mais se destacou foram os “conceitos normativos”, presente em todos os trabalhos analisados. Além disso, observa-se também que a educação física escolar tem se mostrado uma peça importante na transmissão desses referidos conceitos.

Palavras-chave: Educação Física; Escola; Gênero

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, faço questão de destacar que o interesse que deu origem a este artigo é fruto de questionamentos estabelecidos por mim a respeito do tema gênero. Tais questionamentos originaram-se na disciplina Corporeidade, ministrada no Curso de Licenciatura em Educação Física e estas inquietações provocaram-me uma reflexão a respeito da visão de corpo que, de modo geral, é transmitida nas aulas de Educação Física.

Neste sentido, para além da visão ocidental de corpo que se fundamenta na ideia “culturalmente cristalizada, da superioridade da esfera mental ou intelectual” (BRACHT, 1999, p. 70), centrei-me em estudos que abordam as práticas corporais difundidas nas aulas de Educação Física, comumente impostas por universos sociais femininos e masculinos. Estas imposições foram ilustradas claramente na pesquisa desenvolvida por Mattos e Jaeger (2015) ao descreverem as aulas de Educação Física como um momento de

Investimento em uma pedagogia que educa de modo diferenciado os corpos dos meninos e os corpos das meninas [...] as brincadeiras de lutas, o suor, o esforço físico intenso, a competição e uma certa violência consentida não são apenas esperados, como também estimulados entre os meninos; vivências que os encaminham a uma direção, produzindo

um certo tipo de garoto. Para as meninas, a escola investe na produção de uma emulidade referente que as ensina a serem obedientes, ouvintes, delicadas e avessas a agressão, prescrevendo as ginásticas e o voleibol como ingredientes de uma educação que produz um determinado tipo de garota (MATTOS; JAEGER, 2015, p. 350)

Este modelo tradicional de intervenção comumente aplicado às aulas de Educação Física, limita a compreensão de questões relativas ao que se compreende como gênero, ou seja, uma visão para além das concepções biologicistas, pautadas na identificação de práticas que ora servem ao sexo masculino, ora servem ao sexo feminino. A respeito dessa realidade que predomina na maior parte das escolas públicas e privadas, busquei compreender o panorama das pesquisas que levam em conta as noções de gênero, cujas discussões iniciaram-se a partir da década de 80. Naquela época, novas possibilidades de investigação foram apresentadas principalmente, as quem rompiam com a dualidade “sexo/gênero” (base dos estudos anteriores fundamentando-se numa oposição binária entre os sexos). Devido à restrição que essa oposição acarretava pesquisadores do assunto buscaram redimensioná-lo a fim de abranger alguns aspectos que não tinham sido considerados. É justamente nessa perspectiva que se destaca o trabalho da Historiadora e militante feminista estadunidense Joan Scott, cuja revisão do estudo sobre gênero é considerada referência obrigatória para a compreensão do tema.

Em seu artigo "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", publicado na revista *American Historical Review*, em 1986, Scott defende que as relações de gênero não podem se basear estritamente em uma concepção biológica, pois são construídas socialmente. Em seu estudo, a referida autora fundamenta-se em duas vertentes que estão intimamente ligadas: a primeira que defende o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais e a segunda como meio de significar as relações de poder. Ambas vertentes que sustentam esta visão calcada nas relações sociais lançam mão de quatro modelos explicativos interligados: os símbolos culturalmente disponíveis; os conceitos normativos; a noção de fixidade e a identidade subjetiva (explicadas detalhadamente num tópico 3 deste artigo).

Fundamentado nas teorias de Scott, observei também o quanto o tema gênero nas aulas de educação física ganhou visibilidade. Um exemplo disso em nossa área de conhecimento, são os trabalhos desenvolvidos pela pesquisadora, Dra. Helena Altmann que abarca atualmente, nada mais nada menos que, 37 artigos publicados, 12 capítulos de livros, 02 textos em jornais, 36 trabalhos em eventos. Além disso, a pesquisadora orientou 06 dissertações de mestrado, 01 tese

de doutorado e atualmente é professora do Programa de Pós-graduação em Educação (UNICAMP) e Coordenadora do Grupo de Trabalhos Temáticos (GTT) de Gênero do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE -2015-2017).

Esta gama de trabalhos da referida autora atrelada a coordenação do GTT de Gênero do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte me inclinou a investigar até que ponto as pesquisas que tratavam do tema gênero e educação física na escola articulavam-se com as categorias teóricas cunhadas por Joan Scott? E ainda, haveria uma progressão qualitativa em relação aos estudos desenvolvidos a respeito do tema gênero e educação física escolar, publicados no evento científico mais expressivo da área de educação física, o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE)?

Com base nestes questionamentos o objetivo deste estudo foi elencar as pesquisas publicadas nos Anais do CONBRACE sobre o tema gênero e escola e analisar as suas relações diretas com o uso das categorias teóricas de Scott.

1. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo porque consiste no uso de habilidades interpretativas para análise de um material específico cujo intuito é tornar um universo particular mais visível (SNAPE; SPENCER, 2011, p.2). Neste caso, o material o qual nos referimos é parte dos Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) publicados nos últimos dez anos (2005, 2007, 2011, 2013, 2015).

O CBCE possui suma importância na Educação Física brasileira, ao ponto de ser visualizado como um solo comum, que comporta discussões das diferentes interfaces desta área do conhecimento, de forma a agregá-las, criando oportunidades de diálogo. Quando da inserção neste coletivo de discussão e desenvolvimento, o pesquisador é desafiado pelos pares a avançar, repensar e rediscutir suas pesquisas, revendo metodologia, autores e conceitos (REZER, 2010).

As etapas que envolveram a pesquisa propriamente dita seguiram a seguinte sequência:

1. Realização de extenso levantamento das comunicações orais publicadas nos Anais do CONBRACE;
2. Seleção dos Anais a partir dos seguintes descritores: gênero; escola; educação física

3. Análise das comunicações orais publicadas no CONBRACE e suas relações com as categorias teóricas de Joan Scott (símbolos culturalmente disponíveis, conceitos normativos, noção de fixidade e identidade subjetiva).

3. AS CATEGORIAS TEÓRICAS DE JOAN SCOTT NOS ANAIS DO CONBRACE

Nossa intenção neste tópico é apresentar os dois trabalhos mais expressivos de cada ano do CONBRACE, referentes ao levantamento feito nos anos de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015. A seleção dos dois trabalhos levou em consideração os que mais se aproximavam dos conceitos cunhados por Joan Scott em seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado na revista *American Historical Review*, em 1986.

Inicialmente cabe uma explicação a respeito das categorias teóricas tratadas por Scott, uma vez que, a referida autora defende a seguinte ideia: as relações de gênero não podem se basear estritamente em uma concepção biológica, pois são construídas socialmente. Conforme mencionamos nesta introdução a noção de gênero está intimamente ligada a quatro elementos que estão interligados: 1) os símbolos culturalmente disponíveis - trata-se de representações culturais que nos são apresentadas desde a infância, através das várias instituições sociais. Esses símbolos ratificam a visão sexista a respeito dos comportamentos masculino e feminino; 2) Os conceitos normativos - visam ao estabelecimento de uma padronização do homem e da mulher através da restrição dos símbolos culturais a uma única interpretação, segundo os interesses das diferentes instituições. Segundo Scott, a categorização do masculino e do feminino impossibilitaria o reconhecimento da pluralidade desses universos. Além disso, qualquer comportamento considerado diferente da norma estabelecida seria considerado “anormal”; 3) a noção de fixidade - diz respeito à impossibilidade de homens e mulheres exercerem papéis diferentes daqueles a que foram destinados. Segundo a autora, a noção de fixidade, além de ignorar a opressão a que foram submetidas às mulheres no decorrer da história, também não considera que o contexto histórico muda e, conseqüentemente, as práticas sociais também. Desta forma prevalece “a noção de fixidade, de imutabilidade, que leva à aparência eterna na representação binária dos gêneros” (Scott, 1991, p. 15); 4) a identidade subjetiva: ratifica o diálogo entre os elementos apresentados, pois expressa a maneira como a identidade de gênero é construída no imaginário

das pessoas. Essa construção se dá internamente, em um longo processo que geralmente leva o indivíduo a incorporar valores socialmente aceitos e a se submeter aos padrões impostos.

Com base nos referidos conceitos, em relação ao primeiro trabalho selecionado e analisado no ano de 2005 foi: **“As representações sociais de gênero das alunas e dos alunos das 7ª e 8ª séries do ensino fundamental nas aulas de educação física”** (BARBOSA) Nesta pesquisa, observamos a presença de três dos quatro elementos citados por Scott, são estes: a identidade subjetiva, a noção de fixidade e os conceitos normativos. Sendo assim, destacamos aqui alguns trechos do trabalho que evidenciam tais elementos.

Quanto à identidade subjetiva, identificamos, na seguinte passagem, o objetivo da pesquisa: “buscamos analisar as representações sociais de gênero dos sujeitos a partir de como eles/elas interpretam a masculinidade, a feminilidade, a identidade e o preconceito nas aulas de Educação Física” (BARBOSA, 2005, p. 04).

Esta parte do texto da referida autora nos remete as interpretações que atingem as questões da masculinidade e feminilidade, internalizada pelos indivíduos. Tais questões podem ser explicadas com base no conceito de identidade subjetiva devido a sua relação com a construção do imaginário das pessoas, por meio um longo processo, que geralmente as leva a incorporar valores socialmente aceitos e a se submeterem-se aos padrões impostos. Em seguida, identificamos o conceito de fixidade, no seguinte trecho: “Observamos que os sujeitos revelaram uma concepção fixa e polarizada de gênero, a qual constatamos como constituinte do *núcleo central* dessas representações” (BARBOSA, 2005; p. 4). Neste trecho em específico devemos considerar que, a desconstrução dessa noção implica não só a ruptura com valores que fundamentam a sociedade há muito tempo, mas também a participação efetiva das instituições a fim de que essa ruptura ocorra e a sociedade se torne mais igualitária.

Por último, destacamos os conceitos normativos na seguinte passagem: “Com a finalidade de manter e fortalecer esse núcleo central identificamos os *elementos periféricos*, os quais revelaram uma oscilação entre o que esses sujeitos concebem como “natural” e “cultural” (BARBOSA, 2005; p. 4). Neste trecho percebemos que os conceitos normativos se aproximam do que autora denomina de “elementos periféricos”. Um exemplo disso seria o que as crianças consideram como atitudes e comportamentos naturais e culturais, que fortalece o núcleo central: a noção de fixidade.

O segundo texto selecionado foi a **“Discriminação de gênero nas aulas de educação física”** (FERNANDES) Esse trabalho é uma pesquisa de campo realizada com alunos (as) de 4ª série (5º ano) do ensino fundamental, sendo três alunos (as) de cada sexo, e três professoras de educação física pesquisadoras da área de Gênero. Apenas uma pergunta foi feita aos entrevistados: “Quais os tipos de preconceitos existentes entre meninos e meninas nas aulas mistas de educação física?” Ambos os grupos de entrevistados, tanto os alunos como as professoras, mencionaram duas questões que nos remetem aos conceitos normativos de Scott: a agressividade dos meninos e a fragilidade das meninas. Dessa forma, ao lançarmos mão do conceito normativo de Scott, observamos que, na fala de uma das professoras, confirma-se essa concepção, tanto sobre os meninos: “[...] os meninos em razão de que eles eram brutos, eles empurravam e eram agressivos”, quanto sobre as meninas: “Algumas meninas tinham medo, por exemplo, saltar numa pilha de pneus [...] eu não vou conseguir eu não vou conseguir”.

A conclusão da pesquisa confirma que os principais tipos de discriminação de gênero que ocorrem nas aulas de educação física estão enraizados na sociedade. Assim, o ambiente escolar, em vez de ser um espaço de pluralidade e desconstrução de paradigmas, contribui para reforçar os conceitos normativos apresentados por Joan Scott. O fortalecimento de estereótipos relacionados aos meninos e meninas segundo a autora da referida pesquisa, acirram os conflitos nas aulas de Educação Física.

Quanto aos artigos publicados no ano de 2007 destacamos o intitulado **“Gênero e Recreio: um espaço educativo?”** (WENETZ; STIGGER). Esta pesquisa se propôs analisar as brincadeiras realizadas durante o recreio de uma escola pública de Porto Alegre-RS fundamentada na perspectiva dos Estudos Culturais e de Gênero e na corrente teórica pós-estruturalista de Michel Foucault. O cerne da pesquisa é demonstrar como as atividades, realizadas durante o período de recreação, contribuem para o controle do corpo de meninos e meninas, assim como, a consolidação de estereótipos referentes à noção de gênero.

Nesse sentido, o estudo dos referidos autores se aproximam de dois conceitos de Scott, os conceitos normativos e a noção de fixidade. Na concepção dos autores, ao contrário do que se imagina o momento destinado ao recreio, devido a sua natureza lúdica, não está desvinculado de outras práticas sociais e da normatização: “O recreio constitui um momento que parece ser um caos, mas pode-se observar nele certas regras e práticas normativas.”(WENETZ; STIGGER, 2007; p. 7). É também em momentos como estes em que as crianças se reúnem para a recreação,

que se reproduzem papéis configurados pela sociedade tradicional. Ações, gestos e até mesmo a fala, baseados na padronização e na imutabilidade, compõem a cultura do recreio, que apresenta peculiaridades. Uma das peculiaridades destacadas pelos autores é a negociação, sobretudo em relação à ocupação dos espaços dentro da escola conforme o trecho a seguir: “As meninas foram mais tranquilas e negociadoras ou se submeteram mais facilmente, enquanto os meninos mostraram-se mais violentos e agressivos.” (WENETZ; STIGGER, 2007;p.4).

Assim, os meninos dominam as quadras e outros espaços abertos, transitando com desenvoltura; enquanto as meninas se mantêm em grupos, geralmente conversando. É inegável que esse tipo de comportamento, legitimado pela sociedade, expõe o caráter controlador da escola. Até mesmo nos momentos (que deveriam ser prazerosos) há uma imposição disciplinar a fim de que os sujeitos mantenham seus papéis tradicionais, caso contrário, podem ser considerados efeminados (no caso dos meninos) ou masculinizados (no caso das meninas). “Nessa perspectiva, o gênero produz e é produzido, também, através das brincadeiras. A diferença se constrói como uma lógica estabelecida *a priori*, a partir da qual, ou através da qual, as crianças aprendem a justificar a segregação” (WENETZ; STIGGER, 2007; p.7).

O segundo trabalho publicado nos Anais de 2007 intitulado “**As relações de gênero que permeiam meninos e meninas nas práticas do futebol**” (FONTES) Esta pesquisa realça as tensas relações de gênero durante as práticas de futebol das aulas de Educação Física. A metodologia empregada foi um estudo de caso realizado em uma escola pública na cidade de Belo Horizonte, uma vez por semana, durante o período de abril a julho de 2006. Inicialmente, o pesquisador justifica a escolha do futebol como objeto de estudo devido à sua enorme popularidade e, por conseguinte, sua incorporação no contexto escolar. A prática do futebol tornou-se, por questões sociais e culturais, predominantemente masculino. “Neste complexo que a cultura é compreendida, o futebol manifesta-se num contexto simbólico caracterizado por sentidos, valores e normas construídos historicamente para ser de domínio de apenas um gênero, o masculino.” Em outras palavras, a prática do futebol, no ambiente escolar, vincula-se à noção de identidade subjetiva, já que há uma construção, no imaginário coletivo, de que as habilidades requeridas nesse esporte são inerentemente masculinas. “o futebol organizou-se na principal experiência de validação da masculinidade.” Força, virilidade, agressividade são, conforme essa concepção, características ausentes nas mulheres. Estas correm o risco, caso queiram jogar futebol, de terem sua saúde afetada e também de perderem sua feminilidade. O autor salienta que

as relações de poder perpassam os jogos, por isso, não raro os meninos menos habilidosos e as meninas são excluídos. Essa hierarquia entre os gêneros e os mais/menos habilidosos são produzidas, segundo o autor, por uma sociedade que insiste em reproduzir conflitos até mesmo no ambiente escolar em vez de promover a ressignificação das relações de gênero.

Referente ao ano de 2009, identificamos o artigo **“Educação Física escolar e igualdade de gênero: um estudo transcultural – primeiras aproximações”** (ALTMANN; AYOUB; GARCIA). A proposta desse trabalho é problematizar as situações de igualdade e desigualdade presentes nas aulas, analisando as relações de gênero em aulas de Educação Física. Foram aplicados questionários fechados para estudantes e abertos para professores de Educação Física de escolas públicas das regiões metropolitanas de Campinas, Brasil, e de Madrid na Espanha. O público alvo dos questionários foram meninos e meninas brasileiros, de 8º e 9º ano do ensino fundamental, e meninos e meninas espanhóis também de escolas públicas, de 1º e 2º educação secundária e seus/suas professores/as de educação física. A motivação da produção dessa pesquisa foi a passagem de turmas, que eram divididas por sexo, para turmas mistas nas aulas de Educação Física. Os objetivos dessa investigação fundamentaram-se em três pontos de análise: experiências de meninos e meninas nos esportes e práticas corporais, nas aulas de Educação física e fora delas; as percepções de alunos e docentes em relação às experiências; compreensão das desigualdades e igualdade nas aulas de educação física, respeito de gênero (ALTMANN; AYOUB, 2009; p. 5). Nesta pesquisa as autoras apontam logo de início, a relevância de Joan Scott nos estudos sobre o tema gênero conforme a citação a seguir:

A tradução para o português em 1990 do texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de Joan Scott (1995), publicado pela primeira vez em 1988, é um marco. Esse texto acabou tornando-se uma referência importante para os estudos sobre gênero no Brasil, sendo amplamente utilizado na educação e na educação física. Nesse texto, gênero é conceituado como uma categoria analítica e relacional a qual se articula com outras categorias, como raça, classe, geração, sexualidade, entre outras. O gênero também é pensado como uma forma de dar significado às relações de poder (ALTMANN; AYOUB, 2009; p.2)

Dentre os elementos que caracterizam as relações de poder, segundo Scott, autora na qual baseio meu trabalho, pode-se constatar a presença de um deles na pesquisa desenvolvida pelas autoras: os conceitos normativos, que estão relacionados à ideia de que existem atividades que são apropriadas para cada sexo. Mesmo com as aulas mistas, ainda permanece a separação das atividades por gênero, segundo as autoras, “O que se observa, é que, em muitos casos, a aula

ocorre simultaneamente para meninos e meninas, mas as separações de gênero continuam acentuadas, com meninas realizando atividades diferentes dos meninos” (ALTMANN; AYOUB, 2009; p. 4). Essa separação é sempre justificada pelas diferenças biológicas entre meninos e meninas e sustentada pela hegemonia do esporte como conteúdo nas aulas de educação física, baseada em uma concepção de rendimento, privilegiando o mais forte e hábil.

A influência do esporte moderno, cujas competições são separadas por sexo, na organização da educação física escolar, não pode ser desconsiderada. No entanto, esse tipo de argumento esconde elementos culturais relacionados a essa separação. Em outras palavras, justifica-se uma separação a partir de diferenças entre o sexo feminino e o masculino, quando, na prática, isso também é sustentado por diferenças de gênero, por relações de poder (ALTMANN; AYOUB, 2009; p.4).

O esporte moderno, por ser um espaço que privilegia características como força, habilidade e agressividade (consideradas características próprias do universo masculino) contribui para uma visão reducionista de gênero, reforçando a normatividade e a fixidade dos padrões tidos como corretos para meninos e meninas.

Os trabalhos referentes ao ano de 2009, intitulado “**Corpo, classe social e gênero feminino: (des)naturalizando Linguagens e marcas do universo escolar**” (NICOLINO) traz a tona reflexões sobre o modelo de corpo imposto pela sociedade e pela mídia e como isso se reflete no ambiente escolar, na concepção de gênero e sexualidade, ao definir quais os atributos aceitos e desejáveis para os corpos de meninos e meninas. Trata-se de uma pesquisa de campo, aplicada em três escolas municipais, na região da grande Goiânia/GO, na zona norte e oeste da cidade, que atendem jovens da periferia e favelas. O público pesquisado é composto por alunas cursando o último ano do ciclo II, com faixa etária entre 13 e 17 anos, estimando uma média de 180 alunas, e professores de Educação Física, Biologia e Português que lecionam no ciclo II para as turmas investigadas. Neste trabalho identificamos em específico o conceito de normatividade, que se encontra nos padrões estabelecidos para os corpos. As mulheres são induzidas a crer que a única maneira de se sentirem bonitas e desejáveis é se adequando aos padrões impostos.

A idealização por um padrão de beleza magro, mas, ao mesmo tempo esculpido em músculos sutis, alta estatura, mamas fartas e cabelos longos e lisos, para muitas meninas torna-se sério agravante, já que esse ideal é muito distante da estrutura corporal da grande maioria das adolescentes... Esse conceito de beleza virtual e globalizado não tem nada a ver com o corpo real e passa a ser representado com base no que é socialmente imposto. (NICOLINO, 2003; p. 2)

É possível constatar, dentro de nossa realidade social, uma intensa cobrança, principalmente no que se refere às mulheres, por uma busca incessante pelo padrão de beleza magro. Para alcançar esse objetivo, não medem esforços, recorrendo a diversas formas de intervenção como cirurgias, botox, escovas, dentre outros. A coisificação do corpo feminino é fortemente difundida pela mídia, nas propagandas, na televisão, revistas, internet, filmes. Esse cenário leva à conexão com mais um dos elementos constitutivos das relações de poder de Scott: os símbolos culturalmente disponíveis. “... a busca de uma nova identidade, muito próxima da vendida nos meios de comunicação, como forma de obter um reconhecimento social” (NICOLINO, 2003; p.2). Tal identidade, vendida nos meios de comunicação, utiliza a figura de modelos renomadas que acabam servindo como exemplo/meta a ser alcançada.

Por fim, as autoras propõem, a partir dos estudos realizados, um diagnóstico amplo sobre questões de corpo, gênero feminino e sexualidade na grande Goiânia/GO.

Em 2011, o trabalho intitulado **“Os sentidos de corpo e gênero na escola: o (des)encontro das diferenças nas relações de gênero e conflitos étnicos entre as crianças nas aulas de educação física.”** (FERNANDES) é uma pesquisa de campo realizada durante as aulas de Educação Física, em uma escola estadual da cidade de Campinas SP, com quatro turmas da educação básica, sendo duas de 1ª série e duas de 2ª série. No texto, a autora apresenta algumas observações a respeito das relações de gênero entre as crianças dessa escola e relata dois comportamentos distintos das crianças relacionados à noção de gênero, que se alternam, de acordo com as situações por ela descritas no seguinte trecho.

De maneira geral, observei duas expressões de um sentido de gênero que se intercalavam: um encenado diante de mim como professora e outro vivido pelas crianças em momentos mais espontâneos e sem a minha intervenção direta, de alguma maneira fora das normas escolares (FERNANDES, 2011; p.6).

Na visão da autora, meninos e meninas tendem a se separar quando as atividades são propostas durante a aula. Isso nos leva ao conceito de “sentidos fronteiriços” (FERNANDES, 2011; p.6) que seria a distância criada entre meninos e meninas e a recusa em interagir nas atividades dirigidas pela professora.

Durante algumas aulas de educação física as crianças facilmente reproduziam esses sentidos fronteiriços de gênero, com uma naturalidade (...) meninas e meninos se recusavam a segurar as mãos nas brincadeiras de roda; sentavam-se separadamente na grama; marcavam fronteiras entre si na realização de brincadeiras em que deveriam escolher um/a colega; firmavam espaços distintos nas filas de entrada e de saída das

salas de aula e também na de merenda escolar; pareciam assumir uma distância intocável entre meninos e meninas (FERNANDES, 2011;p. 6).

No entanto, a autora percebeu que, durante as aulas, nos momentos em que as crianças estão brincando, distantes do olhar do professor ou, de alguma maneira, das normas da escola, esses sentidos fronteirços perdem sua “fixidez”; meninos e meninas passam a interagir sem problema algum. As mesmas brincadeiras que se recusavam a fazer juntos são propostas sem recusa, quando distantes do olhar da professora.

Nesta direção, dois apontamentos encontrados no texto nos indicam que a situação vivenciada pelas crianças na escola constrói o sentido de gênero, sendo a escola componente principal na construção da normatividade em meninos e meninas (FERNANDES, 2011; p. 8). Diante disso, é possível remetermos aos conceitos normativos de Scott. A pesquisa de Fernandes nos inclina a observar que a normatividade não é algo natural nas crianças, mas vem sendo moldada até que a criança passe a assumir a identidade subjetiva, masculino/homem ou feminino/mulher, de acordo com sua genitália.

Ainda em relação aos Anais publicados em 2011, destacamos a pesquisa intitulada **“Relações de gênero na aprendizagem dos conteúdos da proposta curricular do estado de São Paulo”** (UCHOGA; ALTMANN). Trata-se de uma pesquisa do tipo etnográfica, realizada em duas escolas públicas em três turmas da 5ª a 7ª séries. O objetivo é analisar a diversificação dos conteúdos ao longo das séries e anos e sua influência no trato entre meninos e meninas nas aulas para compreender se tal diversificação afeta as relações de gênero.

As autoras relatam, neste estudo, o comportamento de meninos e meninas durante as atividades propostas de atletismo, basquete, ginástica nas escolas pesquisadas. Os meninos não hesitam em se arriscarem a executar os movimentos; mesmo não conseguindo, eles continuam a tentar constantemente. Esse comportamento difere da passividade das meninas, que demonstram medo em se arriscarem e se consideram incapazes de conseguir executar movimentos mais ágeis.

Durante o jogo todos que se movimentavam recebiam a bola, porém, a maior parte das meninas ficava parada [...] Os meninos, por sua vez, eram os que mais se movimentavam no jogo obtendo mais posse de bola. Assim também aconteceu no jogo de queimada, quando a maior parte dos arremessos foi feitos pelos meninos, e no rouba bandeira,

realizado com a 5ª série, onde quem tentava atravessar o campo adversário também eram sempre os meninos. (UCHOGA; ALTMANN, 2011; p.5).

Essas situações frequentes nas aulas de Educação física mostram que, independente da atividade realizada, sempre há uma superioridade dos meninos. “como que ser menino por si só já era indicativo de habilidades corporais”(UCHOGA; ALTMANN, 2011;p.7). Essa ideia de que meninos são naturalmente mais habilidosos e corajosos que meninas se sustenta por meio dos discursos produzidos pelo senso comum.

Porém, estas não são características masculinas, mas sim, características passíveis de serem aprendidas, porém os meninos acabam tendo mais oportunidades de aprendê-las seja na aula de EF ou mesmo em atividades realizadas fora do espaço escolar, o que por fim as legitimam como características masculinas (UCHOGA; ALTMANN, 2011;p. 8)

Nitidamente, identificamos os conceitos normativos de Scott nesse trabalho, que tenta mostrar que atributos como força, habilidade e coragem não são inerentes aos homens e sim ensinados aos meninos desde cedo, enquanto as meninas são desencorajadas através do discurso normativo. Não importa quais atividades e conteúdos serão utilizados nas aulas de educação física, jamais haverá a oportunidade de um aprendizado igualitário, se não houver uma quebra desse discurso normativo que muita das vezes é utilizado por muitos professores.

Em 2013 destacamos o trabalho “**Gênero e educação física: outras práticas corporais na escola**”, (GREGÓRIO *et.al.*) Esse trabalho é uma pesquisa de campo aplicada em uma escola pública do Distrito Federal, Brasil, objetivando a análise de atividades pedagógicas ligadas às práticas alternativas corporais, realizadas no ambiente escolar com alunos do ensino fundamental entre 13 e 15 anos, intentando a aproximação entre meninos e meninas nas aulas de educação física. As autoras salientam nessa pesquisa que, há uma visão histórica hegemônica acerca de gênero entre os alunos. As intervenções realizadas durante a pesquisa buscou a desconstrução desse modelo através da problematização, realizando debates em grupo e a vivência de algumas atividades como o estilo de dança “farró”, brincadeira “coelhinho sai da toca” e, por último, a prática esportiva do handebol. Essa pesquisa se conecta intimamente com um dos elementos de Joan Scott, que são os conceitos normativos, uma vez que, remete-se à ideia de atributos que pertencem naturalmente a cada sexo. O estudo destaca que a aplicação da Educação Física, no ambiente escolar, fundamenta-se principalmente nos esportes e caracteriza-se por representações sociais e normas de conduta. “A prática dessa disciplina na escola, baseada, sobretudo na

vivência de esportes, possui forte caráter funcionalista, no que se refere à conformação dos papéis de gênero e à manutenção de estereótipos” (GREGÓRIO, *et.al.* 2013; p.1). Notamos, neste contexto, os conceitos normativos de Joan Scott relacionados ao “caráter funcionalista” do esporte, que insiste em refletir, em suas práticas pedagógicas, a reprodução de valores vinculados a uma cultura hegemônica patriarcal, de supremacia masculina. “Assim, nesse espaço escolar, destinado à vivência da cultura corporal, o elemento feminino estaria à margem e não raro é tratado como estranho” (GREGÓRIO, *et.al.* 2013; p.1). Esses valores também estão presentes no esporte que limitam o desenvolvimento das habilidades das meninas ao reiterar um estereótipo de fragilidade e inferioridade.

A Educação Física, como um espaço para vivência, quase exclusiva, desse fenômeno se mostrou ao longo da história, propícia ao reforço e naturalização de estereótipos, pois possibilitaria aos meninos exercerem e afirmarem sua virilidade e suposta superioridade física, enquanto corrobora a inferioridade das meninas (GREGÓRIO *et.al.* 2013 P.2).

O segundo trabalho publicado em 2013, “**Gênero e sexualidade**” (COSTA), trata de uma análise da experiência docente, relativo a um Projeto de Iniciação à Docência. A análise foi desenvolvida em uma escola pública na cidade de Curitiba-PR, com alunos/as do ensino médio e questiona a visão estereotipada de gênero presente nos conteúdos, métodos e linguagem. Este estereótipo, questionado pela autora, mostrou relação direta com os argumentos de Scott (1990) visto que, o “questionamento dos estereótipos sexuais e de gênero [...] limitam os corpos e seus movimentos em função do discurso biologicista, impossibilitando meninas e meninos de aprenderem as diferentes práticas corporais” (COSTA, 2013; p.1). Isto significa dizer que, são os estereótipos sexuais e de gênero, baseados em um “discurso biologicista”, que associam-se ao pensamento de Scott cuja crítica se pauta numa “visão funcionalista baseada na biologia” (SCOTT, 1990; p. 8).

Além disso, há dois dos elementos apresentados por Scott: os conceitos normativos e a noção de fixidade: “Há uma esperança no imaginário social que o corpo concretize uma identidade, sem ambiguidades e inconstâncias, isto é, que o corpo mostre as “marcas” biológicas como identidade fixa e normal” (COSTA, 2013; p.2). Segundo Scott (1990) essa “identidade fixa e normal” é fortemente reforçada pelos professores:

Na escola, meninas e meninos são educadas/os em um espaço marcado pelo modelo masculino de relações. Não há reconhecimento da diferença feminina como valor

positivo, mas submissão das meninas aos valores, conteúdos, ocupação de espaço, exposição corporal, etc. masculino reforçada na ação docente (COSTA, 2013; p.3).

Vale lembrar que, não só as meninas sofrem com a imposição desse modelo, mas também “os meninos que são pressionados a cumprir os requisitos do modelo à custa da supressão dos sentimentos e quem não corresponde ao modelo de masculinidade hegemônica é marginalizado na escola e, principalmente nas aulas de Educação Física” (COSTA, 2013; p.3). Este modelo de masculinidade hegemônica contém os quatro elementos de Joan Scott mencionados no início dessa análise.

No ano de 2015, o trabalho: **“A educação esportiva de meninas na escola pública: contornos socioculturais** (ALTMANN; FERNANDES) coloca em discussão a educação esportiva das meninas no ambiente escolar, a partir de entrevistas com oito professores de educação básica que lecionam em escolas públicas e ensinam esportes coletivos às meninas. Os professores foram selecionados entre aquele (as) que participaram dos jogos escolares municipais, com equipes femininas, em esportes coletivos, as quais conseguiram melhores resultados. Dois temas nortearam as análises investigadas no decorrer desse trabalho: a presença de uma estética esportiva nas aulas, que trata da relação das meninas com a vestimenta adequada para execução dos movimentos corporais; e o “posicionamento positivo” docente em relação à prática esportiva das meninas. Segundo os relatos dos professores, há uma dificuldade por parte das meninas em utilizarem as roupas adequadas para a aula de Educação Física. “A menina, você precisa convencer, ela não quer transpirar, ela tem unha e não quer, tem medo de quebrar a unha, e é cheio de adornos e adereços, tem que falar para tirar o brinco, tem que falar que não pode” , (ALTMANN; FERNANDES, 2015;p.5). Este comportamento das meninas nos revela a influência de conceitos normativos, de feminilidade, já que elas devem sempre estar belas, limpas e imóveis. De acordo com as autoras, estas questões evidenciam o quanto a preocupação com a beleza se sobrepõe a outros elementos, como, por exemplo, à funcionalidade da roupa e do tênis, o conforto e à mobilidade do corpo, e impõe formas de estar na escola às meninas (ALTMANN; FERNANDES, 2015; p.6). Já o “posicionamento positivo” docente diante do fazer esportivo das meninas nas escolas, refere-se à importância do incentivo, do encorajamento e do reconhecimento do professor diante do aprendizado e dos desafios das alunas em realizar os gestos nas aulas. “As meninas apresentam uma maior resistência, então esta é a grande dificuldade,

mostrar a elas que saber fazer vem de um trabalho, que elas conseguem fazer bem”(ALTMANN; FERNANDES, 2015; p.7) A tal resistência que um dos professores relata neste trecho deve-se à noção de fixidade (Scott ;1990) As meninas acreditam não serem capazes de desenvolver habilidades esportivas, pois aprenderam que estas pertencem exclusivamente ao universo masculino.

A pedagogia do corpo na escola contribuía para a compreensão das habilidades corporais esportivas como inatas e supostamente melhores adaptadas ao corpo dos homens em suas especificidades biológicas, ao supor ideias acerca das habilidades, tais como força e velocidade, como sendo “naturalmente” constituídas, inatas e ligadas ao sexo masculino (ALTMANN; FERNANDES, 2015; p.9).

Neste sentido, determinar que certas habilidades corporais pertençam a um sexo, além de reforçar conceitos normativos e fixos, também não coincide com a realidade da educação física na escola, onde cada criança e adolescente, a seu modo, se expressa no momento da prática esportiva. Um dos professores entrevistados ressaltou ser imprescindível pensar nas questões de gênero, não apenas na relação menino e menina, mas também se baseando nas diferenças no “interior dos gêneros” (ALTMANN; FERNANDES, 2015; p.11).

Ao lançarmos um olhar atento para as circunstâncias descritas nesta pesquisa em particular, observamos que é inegável a tendência, no ensino tradicional, à padronização da identidade dos indivíduos. No entanto, assim como há meninas habilidosas para o esporte, há também meninos que não têm habilidade e/ou interesse na prática. Conforme exposto na fala de dois professores entrevistados: “Tem menino e tem menina que são superesportistas também e que vão e jogam lá no meio dos outros meninos e tem aqueles que são mais quietos, mais tranquilos”(ALTMANN; FERNANDES, 2015; p.11).“tem meninas que jogam muito bem, são muito habilidosas e alguns meninos nem tanto”.(ALTMANN; FERNANDES, 2015; p.2). Diante dessas falas dos professores apresentadas na pesquisa de Atmann e Fernandes (2015), concluímos que, de acordo com os conceitos normativos sobre gênero, meninos e meninas podem expressar-se, movimentar-se e construir sua identidade de diversas maneiras, dependendo dos contextos cultural e social em que estão inseridos. As diferenças de gênero que ainda se propagam dentro da escola são uma forma de significar as relações de poder (SCOTT. 1990). “Distante de ser uma facticidade anatômica, mas próximo de uma ficção cultural, os saberes que envolvem o corpo nos esportes produzem significados e relações de poder entre meninos e meninas na escola”(ALTMAN; FERNANDES, 2015, p.12).

O segundo trabalho publicado no ano de 2015 intitulado **“Sobre “aqueles que escapam”... Ou evidências da habilidade corporal como fator de inclusão/exclusão nas aulas de educação física escolar** “(UCHOGA; ALTMANN) apresenta reflexões baseadas em dados de uma pesquisa de mestrado sobre as relações de gênero nos conteúdos da educação física escolar. Os resultados da pesquisa foram alcançados por meio de observação etnográfica de aulas de Educação Física e entrevista com alunos (as) em duas diferentes escolas estaduais do interior do estado de São Paulo. Neste estudo, mais uma vez a prática do futebol desponta como referência para analisar as relações de gênero na escola, tendo em vista a importância que este esporte tem na construção da identidade masculina em nosso contexto cultural. As autoras apresentam situações nas quais meninos não jogavam futebol nas aulas, por não apresentarem comportamentos agressivos, não serem suficientemente corajosos ou não terem habilidade; e meninas não correspondiam à norma, ao se mostrarem habilidosas na prática do esporte. Em se tratando dos meninos, as autoras apresentam os casos de Wesley e Cleber, que, por não apresentarem as características citadas como tidas naturalmente masculinas, não participavam das aulas na hora do jogo. “... a falta de uma habilidade futebolística satisfatória de Wesley e Cleber, como de muitos outros, poderia pôr em risco mais do que sua imagem de “não habilidoso” com a bola: sua masculinidade” (ALTMANN; FERNANDES, 2015; p.6). Novamente, nos deparamos com os conceitos normativos de Scott, no momento em que se põe em dúvida a masculinidade de um menino apenas por não apresentar as características esperadas. “[...] as características valorizadas pelo esporte são aquelas tidas social e culturalmente como atributos masculinos: virilidade, agressão e força física” (ALTMANN; FERNANDES, 2015; p.5).

A pesquisa conclui que o fator de auto exclusão desses meninos nas aulas de educação física não se deve apenas à questão de gênero, mas também à habilidade, já que os alunos não consideram a educação física como um espaço de aprendizado, mas sim de demonstração de habilidades adquiridas fora dela.

Embora Cleber, assim como Wesley, afirmasse jogar futebol fora da escola “na rua, eu, minha prima, mais alguns amigos brincamos de futebol”, ali no espaço escolar o risco de se expor diante de seus pares, ou de ser excluído por parte deles, devido à exposição de uma possível inabilidade no futebol impediram-nos de vivenciar esse conteúdo na aula de educação física nas situações formais (UCHOGA; ALTMANN, 2015; p.7).

Quanto às meninas, no texto, há os casos de Roberta, Talita e Juliana, que, ao contrário do restante do grupo, apresentam habilidades para o jogo de futebol. Segundo a pesquisa, as

meninas, quando apresentam estas habilidades, passam a se inserir no espaço dos meninos, rompendo com o modelo normativo “[...] as meninas que apresentaram habilidades físicas e motoras subverteram a regra ao romperem com concepções estereotipadas de gênero de que “meninas são menos habilidosas” (UCHOGA; ALTMANN, 2015; p.9)”. Ao romperem com esse padrão por meio de aquisição de tais habilidades, as meninas se tornam mais confiantes, seguras e emponderadas nas aulas de educação física e nas relações sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, busquei analisar as questões de gênero no ambiente escolar, especificamente nas aulas de educação física, e compreender como o tratamento dado a essa temática se reflete nos corpos de meninos e meninas, contribuindo para a reprodução de modelos estereotipados de masculinidade e feminilidade. Tendo em vista as transformações sofridas pela sociedade nos últimos anos, sobretudo no que se refere à discussão sobre o conceito de gênero, é imprescindível a superação do modelo tradicional por outro, que considere as diversas possibilidades de manifestação do feminino e do masculino.

No decorrer de minhas investigações, pude identificar todos os quatro elementos que compõem a ideia de gênero segundo Scott, mas o que mais se destacou foram os “conceitos normativos”, presente em todos os trabalhos analisados.

De acordo com as pesquisas apresentadas, a escola reproduz e a sociedade grava nos corpos das crianças as normas que devem seguir, de acordo com seu sexo, desde a separação de meninos e meninas na fila de entrada para sala quando crianças, até o recreio, quando meninos se apossam da quadra, e meninas se limitam a se sentar nas arquibancadas. A educação física na escola tem se mostrado uma peça importante na transmissão desses conceitos normativos.

Fica clara aqui a relevância do professor de educação física estar consciente sobre as questões de gênero, para que possa contribuir na formação de homens e mulheres com mais liberdade para se expressarem com seus corpos, da maneira que se sintam felizes, sem ter que viver sob o jugo pesado de um padrão normativo que os exclui, à medida em que não se encaixam. Essa conscientização tem sido construída a partir dos inúmeros estudos sobre o tema

Gênero – alguns apresentados neste trabalho – e das tentativas de implementação de atividades pedagógicas que ressignifiquem os papéis dos meninos e meninas nas aulas de educação física.

Ainda que haja algumas dificuldades, já que vivemos um momento de retomada dos valores conservadores, acreditamos que a escola é um espaço fundamental para a discussão do tema, pois é nela, também que o indivíduo constrói seus valores. Este trabalho é uma pequena contribuição para essa construção. Nesse contexto, cabe ao profissional de Educação Física a tarefa de propor atividades que possibilitem a ressignificação dos papéis atribuídos aos meninos e meninas.

REFERÊNCIAS

ALTMANN. *et.al. Educação Física escolar e igualdade de gênero: um estudo transcultural primeiras aproximações*. IN: XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais. BA: Salvador, 2009.

ALTMANN. H; FERNANDES; S. C. *A educação esportiva de meninas na escola pública: contornos socioculturais*. IN: XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais. ES: Vitoria, 2015.

ALTMANN. H; UCHOGA L. A. R. *Relações de gênero na aprendizagem dos conteúdos da proposta curricular do estado de são Paulo*. IN: XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais. RS: Porto Alegre, 2011.

ALTMANN. H; UCHOGA L. A. R. *Sobre “aqueles que escapam”... Ou evidências da habilidade corporal como fator de inclusão/exclusão nas aulas de educação física escolar*. IN: XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais. ES: Vitoria, 2015

BARBOZA, R. G. *As representações sociais de gênero das alunas e dos alunos das 7ª e 8ª séries do ensino fundamental nas aulas de educação física*, IN:

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Cadernos Cedes*, ano XIX, n. 48, agosto, p. 69-88, 1999.

COSTA. M. G. *Gênero e sexualidade*. IN: XVIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais. DF: Brasília, 2013.

DAOLIO, J. *Da cultura do corpo*. Campinas, SP: Papiros, 2005.

DAOLIO, J. *Educação Física Escolar: Em Busca da Pluralidade*. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, 1996.

FERNANDES. F. *Discriminação de gênero nas aulas de educação física* IN: XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais. RS: Porto Alegre, 2005.

FERNANDES. S. C. *Os sentidos de corpo e gênero na escola: o (des) encontro das diferenças nas relações de gênero e conflitos étnicos entre as crianças nas aulas de educação física*. IN: XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais. RS: Porto Alegre, 2011.

FONTES. J.C.M. *As relações de gênero que permeiam meninos e meninas nas práticas do futebol*. IN: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais. PE: Pernambuco, 2007

GONÇALVES, M. A. S. *sentir, pensar, agir – corporeidade e educação*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

GREGÓRIO. L.V. et al. *Gênero e educação física: outras práticas corporais na escola*. IN: XVIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais. DF: Brasília, 2013

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MATTOS, M. Z. JAEGER, A.A. *Bullying e as relações de gênero presentes na escola*. Movimento, Porto alegre, v. 21, n. 1, p. 350-361.

MATTOS, R. S. *Sociologia do Corpo é Sociologia da Educação Física*. Movimento, Porto Alegre, v. 16, n. 04, out. nov. p. 293-304.

NICOLINO. A. S. *Corpo, classe social e gênero feminino: (des)naturalizando Linguagens e marcas do universo escolar* IN: XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais. BA: Salvador, 2009.

REZER, R. O CBCE como “solo comum” para diálogos necessários ao campo da Educação Física quatro apontamentos introdutórios... *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v 32, n 1, p.75- 92, 2010.

SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Realidade*, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SNAPE, D.; SPENCER, LIZ. The foundations of qualitative research. In: Ritchie, J.; Lewis, J. (Orgs.) *Qualitative Research Practice*. London: SAGE, 2011.

WENETZ. I; STIGGER. M. P. *Gênero e Recreio: um espaço educativo?* IN: XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais. RS: Porto Alegre, 2005.

